



As religiões, a moralidade e o espaço público: conflitos, tensões e laicidade no Brasil contemporâneo

doi 10.52521/opp.v23n1.15800

Emerson Sena

emerson.silveira@ufjf.br

Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Emanuel Freitas da Silva

emanuel.freitas@uece.br

Universidade Estadual do Ceará - UECE

Na tradição romano-latina, o sentido da palavra “moral” – *mōrus (singular), mōrī (plural)*¹ - refere-se aos costumes, usos ou hábitos de um povo, de uma etnia, de uma nação, que não é, de modo algum, o sentido cívico da cidade, mas abriga-se debaixo da *pax romana*. As deusas, os deuses e as liturgias cúlticas de diferentes tradições e costumes religiosos afluíam às principais cidades da República de Roma, depois transformada em Império.

Dentre os cultos que chegaram à Cidade Eterna, veio um obscuro e distante, acompanhando a diáspora judaica pelo Oriente e Ocidente: uma nova seita — os cristãos. A província romana da Judeia, rebelde e situada entre dois antigos impérios, o Egípcio e o Assírio/Babilônico, legou um conjunto de práticas e crenças religiosas pouco familiares.

A seita cristã (no sentido weberiano), em sua construção narrativa hegemônica, pregava o perdão aos inimigos e perseguidores. Defendia a partilha de bens e serviços entre escravos e pobres, e o serviço litúrgico a um deus que nasceu pobre, entre animais, em um estábulo, nos arredores de uma cidade marginal do Império Romano. Esse deus teria se tornado humano, vivido como um mortal, afirmado o amor como lei divina maior, morrido crucificado, injustiçado — e ressuscitado.

As duas categorias, *seita* e *Igreja*, formam parte do grande projeto weberiano de uma sociologia da religião em íntima interface com uma sociologia política (Weber,

1 No modo nominativo do latim tradicional

1991; Weber 2004; Weber, 2006). A seita opõe-se à igreja assim como o profeta opõe-se ao sacerdote e a autoridade carismática à autoridade racional-legal e tradicional, assim como o ascetismo opõe-se ao misticismo, para dentro ou para fora (ação no mundo X fuga do mundo). As oposições não são absolutas no plano concreto-empírico, pois trata-se de construções conceituais. No plano histórico-empírico, há arranjos porosos entre as características que compõem os tipos ideais, mais ou menos próximos do tipo ideal.

A categoria *seita* indica um grupo mais fechado, reunido em torno de um líder carismático, reconhecido através de uma comunidade por suas pretensas qualidades extraordinárias (carisma), que exige conversão da membresia (virtuosismo), possui uma estrutura burocrática mais débil, prega uma mensagem menos universal (moral restritiva-impositiva), encarnada na figura de um escolhido (profeta). Os grupos sectaristas tendem a se posicionar como puristas, reformadores ou disruptores em relação à ordem vigente (Weber, 1991; 2004; 2006).

A categoria *igreja*, por sua vez, aponta para uma instituição que defende uma mensagem universal e uma moral mais aberta, feita para acolher virtuosos e não-virtuosos (apesar das tensões internas), e que permanece reunida em torno de tradições, burocracias racionais e hierarquias conduzidas por sacerdotes (Weber, 1991; 2004; 2006). No plano histórico, a transição entre a seita e a igreja, ao menos no mundo ocidental, tende a ocorrer devido à pressão de forças sociais, políticas, econômicas e religiosas em interação profunda com as forças religiosas.

Para Weber, a causalidade desses processos sociais de transformação é sempre múltipla, não-teleológica (não está determinada para resultar em um fim específico). Dentre as causas está a formação de imagens racionais do mundo, que incluirão os extensos processos de secularização e de desencantamento (Pierucci, 1998). Ambos os conceitos procuram interpretar como esses complexos processos sociais levaram à derrocada de monopólios religiosos (institucionais) de legitimação e plausibilidade² da sociedade, da política, da sexualidade, da arte e da ciência/conhecimento, e a ascensão de formas culturais-sociais de inteligibilidade, racionalidade e organização não-mágica

2 Sem dúvida alguma, a obra recente de Berger e Luckmann (2012) amplia as discussões no interior da Sociologia da Religião acerca da pluralização dos sistemas de plausibilidades na vida moderna. Para os autores, as sociedades tradicionais sustentavam suas crenças e valores por meio de uma forte coesão social e de uma narrativa compartilhada entre os sujeitos que lhes parecia autoevidente e incontestável. Essas narrativas formavam a base da plausibilidade, ou seja, aquilo que parecia razoável e aceitável para a maioria das pessoas. No entanto, o avanço da modernidade (levado a cabo pelos processos de racionalização, secularização e aumento da pluralidade cultural e religiosa) fez com que explicações e valores que antes pareciam evidentes perdessem sua força de convencimento, levando a uma situação em que as pessoas começam a duvidar da validade das crenças tradicionais, produzindo uma transformação profunda na estrutura de sentido, que desafia a estabilidade social e a coesão baseada em narrativas compartilhadas.

e não-carismática do mundo e das organizações, inclusive as religiosas. O mundo ocidental, entretanto, não pode mais prescindir ou revogar essas formas racionais-desencantadas e não-monopolísticas de organização e ação (Weber, 1991; 2004; 2006).

Os processos de secularização e desencantamento do mundo, no entanto, não eliminam as formas religiosas e mágicas de visão de mundo, e de sua interpretação; ao contrário, introduz tensões e pluralidades nas esferas de valor – ciência, política, sexualidade, arte, sexo-gênero, religião – e, em especial, entre suas fronteiras, disputadas entre grupos e propostas político-religiosos e não-religiosos (Pierucci, 2008). As pressões religiosas sobre as instituições e esferas de valor sociais, políticas e culturais seculares ou desencantadas continuam, mas não podem mais arrogar a totalidade, uma vez perdida. Num instigante parágrafo, Pierucci (2008, p.11) afirma:

A vida religiosa da humanidade é inerentemente instável, ensina Hume, oscilando entre a internalização individualista e menos pluralista de regras morais impessoais”, e, completa, “e a celebração externa mais comunitariamente pluralista, de lealdades repactuadas com ‘comunidades imaginadas’ à la Anderson³.

A religião, ou melhor, formas religiosas intramundanas (para usar uma linguagem weberiana), ou formas ativas de intervenção orientada por noções morais religiosas, se espraiam e se derramam pelo social e pelo político, e provocam misturas, choques, tensões, reconfigurações, reações nos espaços públicos e políticos. Mas, esses processos, uma vez desatados, redirecionam as próprias formas religiosas, as dispersam em múltiplas direções, e podem mergulhar as igrejas e as religiões em secularização, em mixagens ou sincretismos e/ou tentativas de reconstrução baseadas em reedições de moralismos ontológicos.

Segundo Pierucci (2008, p. 15), os “novos empreendedores religiosos” estão “como se mergulhados até o pescoço numa inadiável e urgentíssima disputa por mais resultados e oportunidades, por mais eficiência em propaganda e marketing, noutras palavras, por mais seguidores-contribuintes”.⁴ Com seu insuperável tom irônico, conclui o sociólogo da religião: “Nesse *métier*, a gente já sabe que são os pentecostais e neopentecostais que têm se esmerado. Mas a febre é altamente contagiosa” (Pierucci, 2008, p. 15). Em tal processo, o passo do mercado, e suas ideologias neoliberais, para a arena política institucional foi como um bolero, meneando para lá e para cá. Contudo, a pauta moral ontológica e naturalista, guerreira e bélica, ainda que seja um recurso retórico e prático

3 Embora o texto Pierucci não explore mais, nem ponha as referências ao filósofo David Hume e ao historiador e cientista político Benedict Anderson, é importante citar suas obras: do primeiro, “História Natural da Religião”, e do segundo, “Comunidades imaginadas”.

4 Em outras palavras, secularização e desencantamento, fundamentos não religiosos das ações religiosas no mundo.

disponível, possui limites: não há mais monopólio religioso moral-institucional.

A discussão sociológica de Marcel Gauchet (2005) também nos permite pensar as relações entre as dinâmicas das religiões com a vida democrática. Em sua perspectiva, não se pode dissociar o surgimento da democracia do contexto da secularização, por meio do qual a religião perde seu papel central na organização social e política, especialmente se pensarmos o lugar do cristianismo, que influenciou conceitos de moral, autoridade e sentido de comunidade.

Sendo a democracia uma forma de ordenar a convivência social, esta requer uma certa autonomia da esfera pública em relação às religiões. A secularização não significa a eliminação da religião, mas a sua privatização e a transformação de sua função social. A crise do religioso institucionalizado, segundo Gauchet (2005), trouxe desafios à democracia, pois a perda de uma “moralidade comum” baseada na religião tradicional, gera uma sociedade fragmentada, com diferentes visões de mundo e valores incompatíveis. Weber (1991) observava nisso uma espécie de guerra de deuses: a polissemia valorativa é irreduzível e irreconciliável. A saída para uma convivência mais pacífica e civilizada, sem destruições e devastação, como aquelas produzidas pelas Guerras de Religião na Europa, especialmente as que se deram na Germânica e em regiões adjacentes (1618-1648).⁵ Elas culminaram com o primeiros direitos modernos – o de crença e liberdade religiosas – e contribuíram para a construção da moderna arquitetura do Estado representativo-liberal e sua forma republicana (repetição e equilíbrio dinâmico-tenso entre três poderes, executivo, judiciário e legislativo).

Mas essa arquitetura encontra-se hoje sob fogo cerrado. Seus limites são testados à exaustão. Por um lado, deseja-se sua ampliação, seu aprofundamento, sua refundação, para além da retórica, incluindo setores, grupos e classes sociais marginalizadas historicamente, subalternizadas, colonizadas, cruzando equidade com o ideal de igualdade.

Do outro, ressurgências fascistas, puristas, fundamentalistas, que articulam grupos políticos e religiosos, tentam escoimar, deformar, reduzir, torcer a arquitetura democrática e republicana a partir de várias retóricas e planos de ação, em especial o discurso e da práxis moralistas religiosas. A distorção se concretiza com o inchaço do Poder Executivo, a ocupação do Legislativo e a submissão ou cooptação do Judiciário. Por diversos motivos, não há garantias que essa estratégia da direita e da extrema-direita alcance, ao fim e ao cabo, vitória completa e absoluta, pois a frente que reúne esses grupos mantém uma dinâmica autofágica, sectária, movida pelo espírito da seita. A obsessão pelo mais

5 Das múltiplas causas dessas guerras, está a aliança entre a dinastia dos Habsburgo e do Sacro Império Romano-Germânico com a Igreja Católica. Os soberanos católicos começaram a empreender a destruição de igrejas protestantes e a perseguição de seus fiéis. Os príncipes e nobres protestantes reagiram. Os resultados foram massacres e devastação em massa, que provocaram uma extenuação de forças sociais e políticas felizmente reorganizadas.

puro, o que encarna os ideais, e, portanto, a verdade ontológica, torna-se um agulhão que espicaça, fragmenta e promove a autofagia desses projetos, alguns dos quais eleitoralmente vitoriosos. Basta, como mero e simples exemplo, os severos conflitos no interior do MAGA (*Make America Great Again*), expresso pelas disrupturas na relação entre D. Trump, S. Bannon e E. Musk (primeiro e segundo mandatos), e do bolsonarismo, ilustrado pelas disputas fratricidas na própria família Bolsonaro, e entre esta e deputados e pastores. Silas Malafaia, na última manifestação, com pouco público, em 20 de junho de 2025, na avenida Paulista, abriu fogo com a expressão “direita prostituta”.

Assim, a democracia moderna precisa lidar com a pluralidade de crenças e a ausência de uma autoridade religiosa universal que possa legitimar as decisões coletivas. Nesse sentido, a relação entre religião e democracia é complexa: enquanto a religião tradicional tinha um papel de legitimação e orientação moral, a democracia exige uma separação entre o religioso e o político, promovendo uma convivência pluralista onde diferentes crenças podem coexistir. A secularização, assim, não é uma mera perda do religioso, mas uma transformação que permite a emergência de uma esfera pública baseada na razão, na liberdade e na igualdade. Entretanto, ela também aponta para os riscos de uma sociedade onde a ausência de uma moralidade comum gera conflitos e intolerância, bem como projetos (políticos) que visam a reestruturação da vida social a partir de elementos da gramática religiosa.

O projeto de recriar alguma estrutura nessa direção – como tanto anseiam católicos reacionários, saudosistas e nostálgicos da Cristandade, como o Centro Dom Bosco – é distante, complicado, muito certo e sem perspectiva de sucesso algum. A própria instituição religiosa que abrigou versões de dominação político-religiosa absoluta na Idade Média (Igreja Católica) tem manifestado críticas e restrições aos grupos reacionaristas em seu interior, especialmente por meio de notas públicas em que se posiciona contrária às práticas que visam o sectarismo (Oliveira, 2025).⁶

Quiçá, como efeito rebote dessa intensa mobilização política de atores e grupos religioso sobre o espaço público sobre o espaço político institucional, surja a fadiga, a reação contrária ou o paradoxal efeito de maior secularização. Ao analisar a utilização do tema do aborto nas eleições presenciais de 2010, mobilizado pelo PSDB (partido da Social-democracia Brasileira) e seu candidato José Serra, contra Dilma Rousseff, candidata pelo PT (Partido dos Trabalhadores), Pierucci desconfia da tese do reavivamento pura-

6 Diz o texto: [...] os fiéis católicos devem abster-se de participar das atividades promovidas por tal Fraternidade ou por associações jurídica ou espiritualmente a ela vinculadas, como é o caso agora do Centro Dom Bosco, que se autodeclarou sob a direção da Fraternidade [refere-se ao grupo cismático] e de ministros que a ela pertencem ou a suas comunidades amigas.” A nota foi assinada pelo Monsenhor André Sampaio de Oliveira, delegado Episcopal para a atenção pastoral dos grupos de fiéis que celebram o rito romano segundo o Missal anterior à reforma de 1970.

mente religioso. O então partido social democrata, que teve importantes vitórias eleitorais (presidente, governadores, deputados e senadores) e projetos políticos, foi para a direita (em termos de ideias econômicas), afundou-se em questões morais, como aborto e corrupção (em termos de ação política), e, agora, agoniza em praça pública, lamentando sua irrelevância. Finaliza Pierucci (2011, p. 14): “Isso [as eleições presidenciais de 2010 e a polêmica moralista] diz muito da situação complicada em que se meteu a retórica religiosa nas democracias contemporâneas, um embaraço inextricável cuja única saída parece ser mesmo a porta de saída”.

Sabemos que as religiões desempenham um papel central na formação da moralidade e na configuração do espaço público. Desde Durkheim, a Sociologia tem dedicado especial atenção à forma como as crenças religiosas influenciam a formação e legitimação das normas sociais, dos comportamentos coletivos e das instituições públicas. Durkheim (1996) pensou a “vida religiosa” como constituída por instituições sociais que funcionam como fontes de coesão social, promovendo a moralidade coletiva. Para ele, as crenças religiosas representariam a expressão do sagrado, num reforço dos valores compartilhados coletivamente e que regularia o comportamento dos sujeitos. A moralidade seria uma construção social engendrada pelas práticas religiosas, moldando o que é considerado certo ou errado, justo ou injusto, apesar de, em um outro texto, o autor levantar a problematização, muito pertinente aos nossos dias, acerca das relações que de fato existiriam, ou não, entre o “ensino da religião e o ensino da moral” (Durkheim, 2007). Em sua produção sociológica, portanto, ganha força a ideia de que a moralidade não é apenas uma questão individual, mas uma construção coletiva sustentada por instituições sociais, dentre as quais se destacariam as religiosas.

Mas, na visão de Habermas (1984), o espaço público, enquanto *lócus* de convivência e de conflitos, tem como uma de suas marcas constituintes a divisão de sua dimensão por diversas expressões religiosas, o que implicaria em distintos valores disputando a legitimidade de suas presenças e de suas moralidades. No entanto, embora Habermas (1984) tenha definido o espaço público como um espaço de discussão racional e igualitária, onde diferentes opiniões, incluindo as religiosas, poderiam ser expressas e debatidas, a presença cada vez mais ampliada, em condições de Modernidade, de diferentes religiões tem produzido questões de convivência, perseguição, exclusão dentre outras, sobre a laicidade do Estado em seus mais diversos sentidos.

Todavia, movimentos de secularização, como observados também por Berger (2017), indicariam uma tendência de diminuição da influência direta das religiões na esfera pública, promovendo uma maior autonomia da moralidade civil. No entanto, se pensarmos no cenário brasileiro contemporâneo, esta tendência não parece ter se confirmado: cada vez mais grupos religiosos, especialmente advindos do hegemônico cris-

tianismo, operam agressivas ações que visam uma ainda mais ampliada legitimação e imposição de seus valores ao conjunto da sociedade, sob o solvente da “tradição” e dos “valores” do povo brasileiro. Em duas oportunidades, analisamos enfrentamentos produzidos por atores do campo religioso evangélico e valores políticos modernos por ocasião da proposição de políticas públicas ou de legislação que contemplavam, a seu modo, valores democráticos que, segundo esses agentes, “confrontavam” moral e politicamente os seus “valores” (Silva; Silveira, 2021, 2022).

O conceito de “múltiplos altares”, tal como cunhado por Berger (2017), nos ajuda a compreender os enfrentamentos que se produzem, em nossos dias, entre tais “valores”, tidos como do “povo”, e aqueles outros, próprios de ambientes sociais democratizados/pluralizados. Para o autor, há uma multiplicidade de fontes de autoridade, valores e significados na sociedade moderna – daí a ideia de um único altar — muitas vezes uma única religião que dominava a vida social e individual – ser substituída por uma outra – a de diversos “altares” onde os sujeitos podem depositar suas crenças, esperanças e valores. Tais altares representam diferentes esferas de legitimidade e autoridade (como o racionalismo científico, a autonomia do indivíduo, a economia de mercado, a política, a cultura e até mesmo o consumo), e cada um deles funciona como um ponto de referência que fornece sentido e significado à experiência humana.

Na Modernidade, então, inexistente um único centro de autoridade a ditar os valores sociais; em seu lugar, uma pretensa rede de altares que competem por legitimidade. Tal dinâmica influencia desde a esfera pessoal até a política, levando a uma sociedade mais pluralista, mas também mais fragmentada e, por isso mesmo, mais conflituosa. Berger (2017) nos convida a reconhecer essa pluralidade e a refletir sobre os efeitos sociais e existenciais dessa configuração, que, ao mesmo tempo em que amplia as possibilidades de liberdade e diversidade, exige uma contínua negociação de significados e legitimações, mas, também, suscitam movimentos de reação à pluralidade em curso.

As reconfigurações operadas no espaço público envolvem, de diversos modos, a produção/legitimação da pluralidade religiosa e do multiculturalismo. A globalização e o aumento do contato entre diferentes tradições religiosas têm levado a uma maior negociação de fronteiras entre o público e o privado, bem como entre o religioso e o secular. Nesse contexto, produz-se na sociedade uma crescente demanda por reconhecimento de direitos religiosos, incluindo o uso de símbolos religiosos em espaços públicos, a liberdade de praticar diferentes crenças e a inclusão de perspectivas religiosas na formulação de políticas públicas, o que levou Vaggione (2017) a cunhar a expressão “cidadania religiosa”.

Por isso mesmo, pesquisas de Taylor (2012) sobre a “sociedade de reconhecimento” destacaram os modos como as lutas por reconhecimento de identidades religiosas e culturais têm sido centrais nas reconfigurações atuais do espaço público. A reivindica-

ção por espaço e visibilidade de diferentes grupos religiosos – no caso brasileiro, os afro-brasileiros, os indígenas, os orientais, dentre outros – muitas vezes resulta em tensões, especialmente quando há conflitos entre valores tradicionais e direitos individuais ou coletivos, o que vem marcando a explosão de diversas reações conservadoras, mas também uma maior legitimidade da diversidade religiosa, mudanças essas que desafiam as categorias tradicionais de análise das supostas relações, seja de proximidade ou de distanciamento, entre moralidades, religiões e espaço público.

O largo tempo-espaço que se interpõe entre o nascimento do sentido e o uso da palavra “moral” como categoria civil e religiosa, carrega consigo, mais significados, mais controvérsias e mais discussões. A longa duração histórica e seus processos, encarregaram-se de compactar camadas de significados, e misturá-las com distintas tempos, épocas e contextos. O aparato institucional e burocrático, a vocação universalista, missionária e proselitista e a ideia de salvação e transcendência são três das muitas camadas histórico-sociais e narrativas mais importantes na discussão sobre a relação entre a presença da religião e o espaço público moderno. A seita tornou-se igreja, em sentido sociológico, atravessou tempos e espaços, dividiu-se em ramos, entrou em conflito com poderes civis-laicos, deitou raízes no Novo Mundo. Desembarcou na terra dos trópicos e seguiu até o tempo contemporâneo, com questões abertas, tendências, disputas/relações, na esfera pública e no espaço público, com outras religiões, autóctones, arrancadas de seus solos de origem, transmigradas ou recebidas por outras formas de intercâmbio, e que floresceram.

Os artigos que compõem este dossiê trazem renovadas perspectivas sobre essas temáticas, em uma chave hermenêutica que questiona os lugares-comuns das análises dos estudos da religião.

Cleonardo Gil de Barros Mauricio Junior (Museu Nacional, UFRJ), no texto *A economia moral da esfera pública: o pentecostalismo e os limites entre público e privado na sociedade brasileira*, discute como o pentecostalismo perturba categorias estabelecidas para os estudos da religião, em especial, a dicotomia público-privado e, por isso, a religião na esfera pública. Baseado em dois eventos acontecidos em Brasília, liderados pelo pastor Silas Malafaia, a participação nos protestos pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016 e o chamado “Ato Profético pelo Brasil”, realizado bem na sequência da aprovação do processo do *impeachment* na Câmara. O autor realizou trabalho de campo com observação participante e coteja esses eventos, sem abandonar a noção de esfera pública habermasiana, com as críticas feminista e dos estudos do secularismo sobre a questão público/privado. Para isso, apresenta a noção de economia moral da esfera pública, e deseja esclarecer o fenômeno da atuação pública pentecostal na sociedade brasileira.

Bruno Ferraz Bartel (UFPI), no artigo *Controvérsias públicas a partir de notícias: a crença na laicidade e a presença do religioso em escolas públicas*, problematiza uma visão da laicidade brasileira presente nos conteúdos jornalísticos. Trabalhando com alguns conteúdos do jornalismo brasileiro sobre a presença da perspectiva religiosa nas escolas públicas, o autor aponta a dificuldade de se pensar e diferenciar entre esfera pública e espaço público. O consenso jurídico-político vigente no Brasil, junto com essas dificuldades, obnubila a compreensão das motivações, ações e projetos promovidos por grupos religiosos – sobretudo denominações evangélicas – em espaços de convivência social, como as instituições escolares. As limitações decorrentes dessa combinação, decorrente das disputas entre diferentes campos de poder, obscurece a reflexão sobre as moralidades religiosas envolvidas, as consequências da atuação de denominações religiosas nas últimas décadas.

Glesdstone Almeida Melo (Secretaria de Educação de Pacatuba), Francisco Eliodoro de Melo Nascimento (UECE), Luiz Gomes da Silva Neto (Faculdade Ieducare), Edival Saraiva de Oliveira Neto (UECE) e Geovani Jacó de Freitas (UECE), com o texto *Os ‘abomináveis’: a construção da retórica do ‘inimigo’ por candidatos evangélicos no Ceará*, analisa os discursos de um casal de candidatos evangélicos durante a campanha eleitoral de 2022 e trabalham a construção retórica dos seus “inimigos” políticos. A pesquisa documental tomou como material de análise, as postagens dos candidatos no *Instagram*. O foco da análise de conteúdo está nas três categorias que eles identificam como “abomináveis”: a esquerda, Lula e o feminismo. O estudo procura demonstrar como os candidatos evangélicos empregam uma linguagem carregada de emoção, guerra e demonização para mobilizar seus eleitores, associando seus oponentes a “forças do mal” (Satanás e comunismo) e ameaçadoras da família tradicional. A estratégia de construção de identidade e mobilização política explora a tensão entre valores religiosos conservadores e mudanças sociais, e a utilização de narrativas de ameaça e medo. Uma moralidade distante dos sentidos narrativos do amor e do perdão na narrativa cristã hegemônica.

Maria Eduarda Antonino Vieira (UFPE/FUNDAJ), no artigo *Quando o grafite é sagrado*, investiga as intersecções entre arte, cidade e religião a partir da circulação de grafites religiosos. Tomando como palco a cidade de Recife, em um contexto em que a religião é cada vez mais mediada pelo simbólico e pelas linguagens visuais, a autora reflete sobre as imagens sacralizadas fora dos espaços tradicionais de culto. Por meio de uma etnografia sensorial, a autora discute os deslocamentos na experiência do sagrado. Da religião para a religiosidade, o grafite atua como dispositivo de disputa simbólica no espaço urbano e comunica moralidades religiosas que tensionam o cristianismo hegemônico e o *ethos* secular dominante. O trabalho de campo envolveu o mapeamento

fotográfico de grafites com temática religiosa e a participação em atividades coletivas de criação e ocupação urbana. As distintas camadas de moralidade, seus tons e cores, revelam-se em quatro categorias: o cristianismo motivacional, o cristianismo da batalha, o cristianismo territorializado e a espiritualidade afro-brasileira. Os muros são um dos territórios em que diferentes visões de mundo se entrecruzam, disputam afetos, orientam condutas e propõem modos alternativos de habitar a cidade.

Por fim, Edson Lugatti Silva Bissiati (IESP-UERJ) e Fabrício Roberto Costa Oliveira (UFV), no artigo *Populismo e Religião: Governo Bolsonaro e a relação com os evangélicos (2019-2022)*, analisam, a partir da categoria populismo religioso, práticas e discursos de Jair Bolsonaro durante o mandato presidencial no Brasil (2019-2022). O artigo debruçou-se sobre as relações institucionais entre líderes religiosos e o governo federal, investigando nomeações de líderes evangélicos, decretos e leis que envolveram o governo federal e o mundo evangélico. Constatou-se a emergência de uma pauta discursiva atravessada por ideias escatológicas da luta entre o “bem” contra o “mal”, o “nós” contra o “eles”. Nasce uma espécie de guerra santa contra a esquerda, dirigida com os que profanaria, supostamente, a família e os ideais do cristianismo conservador.

Talvez, para aprofundar a discussão sobre moralidade e espaço público, seja necessário discutir a formação histórico-semântica contemporânea de termos-chave, como “igreja”, “religião”, “seita”, “culto” e “sincretismo” (Silveira, 2024). A partir de uma perspectiva crítico-interpretativa, em especial baseada em Koselleck (2020), historiador alemão, lançadas sobre o patrimônio semântico que irriga os embates e as porosidades entre a religião e as esferas de valor da vida social, podemos trazer algum esclarecimento sobre facetas ainda pouco debatidas no campo entre moral, política, cultura e espaço público e as religiosidades e religiões, majoritárias ou minoritárias.

No panorama dos estudos e dos dossiês investigativos sobre religião no Brasil contemporâneo, o que aqui apresentamos porta uma contribuição fundamental para tais estudos ao se debruçar sobre diversas questões que envolvem, cada uma a seu modo, a dimensão pública das religiões. Com textos que tratam das linguagens morais, que perpassam os discursos e os cursos de ação dos agentes religiosos (e cristalizam-se em posições de embate nas paisagens urbanas), tem-se um conjunto de aportes metodológicos e de reflexões teóricas que podem embasar outras empreitadas de pesquisa que tenham o religioso, em suas múltiplas dimensões, como *objeto* de pesquisa sociológica, antropológica, histórica ou da ciência da religião.

Referências

BERGER, Peter L. **Os múltiplos altares da modernidade:** rumo a um paradigma da religião numa época pluralista. Petrópolis: Vozes, 2017.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, pluralidade e crise de sentido**: a orientação do homem moderno. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

DURKHEIM, Émile. “O Ensino Moral na Escola Primária”. In: **Novos Estudos Cebrap**, n. 78, v.1. Apresentação e tradução de Raquel Weiss. São Paulo: 2007. p. 59- 75.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

GAUCHET, Marcel. **O desencantamento do mundo**. Madrid: Trota/Universidade de Granada, 2005.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

KOSELLECK, Reinhart. **Histórias de conceitos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

PIERUCCI, Antônio F. Secularização em Max Weber: Da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 13(37), 43–73, 1998 <https://doi.org/10.1590/S0102-69091998000200003>

PIERUCCI, Antônio F. De olho na modernidade religiosa. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 20, n. 21, novembro 2008.

OLIVEIRA, Mons. André S. de. **Esclarecimento ao Povo de Deus acerca de recentes declarações públicas da Associação Civil Centro Dom Bosco de Fé E Cultura**. Rio de Janeiro: Arquidiocese de São Sebastião Do Rio De Janeiro. Comissão Arquidiocesana para Aplicação do *Motu Proprio Traditionis Custodes*, 2025. Link: <https://arqrio.org.br/wp-content/uploads/2025/06/ESCLARECIMENTO-AO-POVO-DE-DEUS-ACERCA-DO-CENTRO-DOM-BOSCO.docx-1.pdf>

SILVA, Emanuel Freitas da; SILVEIRA, Emerson José Sena da. ‘A Bíblia É o Nosso Regimento’: debate parlamentar, liberdade de crença e democracia-liberal representativa. **Anthropológicas**, 2022, Ano 25, 32(2): 9-45.

SILVA, Emanuel Freitas da; SILVEIRA, Emerson José Sena da. Conflitos entre democracia parlamentar e religião reacionária na Câmara Municipal de Fortaleza. **Plural**, 2021, 28(1), 109-135.

SILVEIRA, Emerson J. Sena da. **Controvérsias em torno dos Estudos da Religião**: Semântica de categorias-guia e mobilização social. Projeto Apresentado ao CNPq. Juiz de Fora: Texto Avulso, 2024.

TAYLOR, Charles. **Uma Era Secular**. São Leopoldo: Unisinos, 2012.

VAGGIONE, Juan. M. La Iglesia Católica frente a la política sexual: la configuración de una ciudadanía religiosa. **Cadernos Pagu**, 2017, n. 50.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2005.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Edição de Antônio F. Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. **Sociologia das religiões**. Lisboa: Relógio D’agua Editores, 2006.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Volume 1. Brasília: UnB, 1991.

Sobre os organizadores

Emerson José Sena da Silveira - Doutor em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Antropólogo. Bolsista de Produtividade CNPq, nível C. Desenvolve pesquisa na área de Religião e Espaço público. Organizou/escreveu os seguintes livros: “*Ateísmo em sete lições*” (2024, Editora Vozes), “*Ciência da Religião, Ciência e Religião: hermenêuticas e disputas*” (2023, Editora UFJF-PPCIR), “*Como estudar as religiões: métodos e estratégias*” (2018, Editora Vozes) e “*Narrativas míticas: análise das histórias que as religiões contam*” (2018, Editora Vozes, coorganizado com Dilaine Sampaio, da UFPB).

Emanuel Freitas da Silva - Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista de Produtividade (BPI/FUNCAP), desenvolvendo pesquisas nas temáticas de religião, representação política e eleições. Autor do livro *"Carisma e Renovação da Tradição Católica em Fortaleza"* (Edições Waldemar Alcântara) e organizador dos livros *"Eleições 2018: atores políticos e dinâmicas eleitorais"* (EdMeta, 2019), *"Eleições 2020: atores, cenários e disputas"* (EdMeta, 2021) e *"Políticas Públicas e internacionalização do conhecimento"* (EdUECE, 2024). Membro associado da ABCP (Associação Brasileira de Ciência Política) e do COMPOLÍTICA